**DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:
A RECENTE EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA**

**RIGHT TO PROTECTION OF PERSONAL DATA:
THE RECENT BRAZILIAN LEGISLATIVE EVOLUTION**

**DROIT À LA PROTECTION DES DONNÉES PERSONNELLES:
LA RÉCENTE ÉVOLUTION LÉGISLATIVE BRÉSILIENNE**

Juliana Falci Sousa Rocha Cunha

Doutoranda em Ciências Jurídico-Empresariais, Mestre em Direito Empresarial, Pós-graduada em Direito Empresarial, Pós-graduada em Direito Civil, Graduada em Direito
Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito da
jfcunha.bh@terra.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6880-9517>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483300720579956>

RECEBIBO 20/05/2019

APROVADO 30/06/2019

PUBLICADO 01/07/2019

Editor Responsável: Carla Caldas

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 2316-8080

DOI:10.16928

RESUMO:

A evolução tecnológica impacta significativamente na sociedade global. Assim sendo, muitos desafios têm sido apresentados no âmbito do Direito, como, a proteção de dados pessoais. No Brasil, este tema é tratado na Lei 13.709/2018, aprovada no Congresso Nacional e sancionada parcialmente. Tal legislação foi alterada pela Medida Provisória 869/2018, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional e que recebeu várias propostas de Emendas. Este trabalho analisa a recente evolução do cenário legislativo de proteção de dados pessoais no contexto brasileiro e alguns pontos mais relevantes apresentados pela nova legislação. Além disto, são discutidos os Projetos de Lei de proteção de dados que foram apresentados nos âmbitos estadual e municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção de dados. Dado pessoal. Privacidade. Direito. Tecnologia.

ABSTRACT:

The technological evolution has a significant impact on global society. Therefore, there are many challenges to the Law, such as, personal data protection. In Brazil, concerning this subject there is the Act 13.709/2018, which was approved in the National Congress and partially sanctioned. This legislation was changed by the Provisional Executive Act 869/2018, which is still in legislative process and has received several Amendments proposals. This paper aims to analyse the recent evolution of the legislative scenario of personal data protection in

the Brazilian context and some of the most relevant points presented by the new legislation. In addition, municipal and state Bills regarding data protection are debated.

KEY-WORDS: Data Protection. Personal Data. Privacy. Law. Technology.

RESUMÉ:

L'évolution de la technologie impact aussi sur la société mondiale. Par conséquent, nombreux défis ont été présentés au Droit, comme la protection des données personnelles. Au Brésil, cette question est traitée dans la Loi 13.709/2018, approuvée par le Congrès national et partiellement sanctionnée. Cette législation a été modifiée par la Mesure Provisoire 869/2018, qui est en train d'être examinée par le Congrès national et a déjà reçu plusieurs propositions d'Amendements. Ce travail vise analyser l'évolution récente de la législation de protection des données personnelles au Brésil et encore certains point plus importants dans la nouvelle législation. De plus, les Propositions de Loi des états et des municipalités sur la protection des données sont remises en question.

MOTS-CLES: Protection des Données. Donnée Personnelle. Vie privée. Droit. Technologie.

1. Introdução

A evolução tecnológica tem impactado sobremaneira a sociedade, por exemplo, com o “Big Data” e o “machine learning”. Assim sendo, novos desafios têm sido apresentados à Ciência Jurídica, dentre eles, a proteção de dados pessoais.

A proteção de dados é tida em alguns ordenamentos jurídicos como um instrumento essencial para a proteção da dignidade da pessoa humana, sendo considerada um direito humano. Entretanto, recentemente verificamos um crescimento do número de legislações nacionais específicas que buscam a sua proteção, o que se deve, em grande parte, à aplicação extraterritorial do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD da União Europeia.

Desta feita, o presente trabalho realizará apontamentos com relação à proteção de dados antes da Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e abordará o longo processo legislativo que culminou com a sua aprovação pelo Congresso Nacional e a sanção parcial pelo então Presidente da República, Dr. Michel Temer. No que tange aos vetos à LGPD será dada especial atenção à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, a qual foi objeto de posterior instituição pela Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018. Com relação à tal veto será discutido um Parecer Jurídico específico. Além disto, serão questionados os Projetos de Lei estaduais e municipais que abordam a proteção de dados, dentre os quais aqueles que tramitam em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Especialmente com relação à Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018 serão apresentadas as alterações mais relevantes realizadas na LGPD e referidas algumas das

Emendas apresentadas pelo Congresso Nacional. Quanto à Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018 serão abordadas algumas questões relevantes, como, as hipóteses de tratamento, o tratamento automatizado de dados pessoais e a sua revisão.

Desta feita, ao final deste estudo será possível verificarmos que a LGPD proporcionou uma evolução na legislação brasileira, a qual esperamos que aproxime o país ainda mais do mercado internacional, tendo em vista os dados pessoais transfronteiriços. Especialmente com relação à União Europeia confiamos que tal legislação e seus eventuais ajustes possibilitarão com que a Comissão Europeia avalie o Brasil como país com nível adequado de proteção de dados pessoais, permitindo assim a intensificação de transações comerciais e novos investimentos.

2. A proteção de dados antes da Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018

O tema proteção de dados pessoais não é novo ao ordenamento jurídico brasileiro, mas com a nova legislação alcançou-se maior proteção. Ou seja, mesmo antes da LGPD algumas leis brasileiras já faziam referência à proteção de dados pessoais.

Segundo estudo do escritório BAPTISTA LUZ ADVOGADOS (2017)¹, além de regulamentos setoriais já existiam diplomas que tratavam do tema tanto de forma direta quanto indireta. Além do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), do Decreto que o regulamentou (Decreto 8.711/2016) e do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), o referido estudo cita, por exemplo: a) relação de consumo: Lei 12.414/2011 (Lei do Cadastro Positivo)² e Decreto 7.962/2013 (contratação no comércio eletrônico); b) setor de saúde: Resolução do Conselho Federal de Medicina 1.821/2007 (prontuários eletrônicos e dados médicos) e Resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar 305/2012 (troca de informações na Saúde Suplementar); c) área financeira: Decreto 4.489/2002 (prestação de informações pelas instituições financeiras à Secretaria da Receita Federal); d) setor público: Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Decreto 8.777/2016 (Política de Dados Abertos do Poder Executivo

¹ O referido estudo foi datado de 27 de Novembro de 2017.

² Encontra-se aguardando sanção presidencial o Projeto de Lei Complementar 54/2019 (substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 212, de 2017), de autoria do ex-Senador Dalirio José Beber (do Partido da Social Democracia Brasileira – Santa Catarina), que visa alterar a Lei Complementar 105, de 10 de Janeiro de 2001 (sigilo nas operações de instituições financeiras) e a Lei 12.414, de 9 de junho de 2011 (Lei do Cadastro Positivo).

Por exemplo, o referido Projeto de Lei Complementar – PLC torna automática a adesão do cidadão ao Cadastro Positivo nacional, o qual reúne informações sobre os pagamentos realizados em dia, sendo que aquele que não deseja ser inscrito no referido cadastro deverá solicitar a sua exclusão (“opt-out”). Diferentemente, de acordo com a vigente Lei do Cadastro Positivo a inscrição da pessoa natural no cadastro depende da sua autorização expressa (“opt-in”).

Acreditamos que o PLC 54/2019 é temeroso principalmente devido à possibilidade de compartilhamento de dados pessoais no que tange à banco de dados de crédito. Entretanto, esta matéria não será abordada no presente trabalho.

federal) e Decreto 8.789/2016 (compartilhamento de base de dados na administração pública federal); e) outros: Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e Resolução do Conselho Nacional de Trânsito 245/2007 (instalação de equipamentos de rastreamento nos veículos saídos de fábrica)³.

Entretanto, tais legislações não são suficientes ao contexto atual. Dentre os fatores que acreditamos que impulsionaram a adoção da Lei 13.709/2018 citamos: a) a aplicação extraterritorial do RGPD⁴, sendo assim necessário a adequação do Brasil a tal contexto; b) o crescente número de vazamento de dados pessoal, tendo grande relevância aquele que envolveu a Cambridge Analytica e o Facebook e c) a intenção do Brasil em pleitear vaga na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sendo exigido para tal uma legislação de proteção de dados alinhada com a visão da entidade sobre o tema.

3. A recente abordagem legislativa do tema proteção de dados

Analisaremos a seguir a tramitação legislativa da Lei 13.709/2018 para compreendermos em que momento político e histórico ela surgiu no ordenamento jurídico brasileiro. Logo após, serão abordadas outras propostas de legislação sobre proteção de dados que surgiram nos âmbitos estatal e municipal. Posteriormente, serão apresentados os vetos presidenciais ao Projeto de Lei da Câmara (dos Deputados) 53/2018 e um parecer jurídico com relação ao veto presidencial aos artigos 55 e 56 do Projeto de Lei da Câmara - PLC. Finalmente, será analisada a Medida Provisória 869/2018 e as Emendas a ela propostas pelo Congresso Nacional - CN.

3.1 Tramitação legislativa

Em 13 de Junho de 2012 foi proposto na Câmara dos Deputados pelo Deputado Federal Milton Antonio Casquel Monti (do Partido da República – São Paulo) o Projeto de Lei 4.060/2012, cujo principal objetivo era dispor sobre proteção dos dados pessoais⁵.

³ Consideramos relevante também citar a Resolução 4.658, de 26 de Abril de 2018 que trata da política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados por instituições financeiras e demais instituição autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

⁴ Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

⁵ Contudo, o tema já era referido na Constituição da República (em especial, os incisos XII e LXXII do art. 5), no Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014, com destaque para o inciso III do art. 3, os incisos VII, VIII, IX e X do art. 7 e o art. 11), no Decreto 8.771/11, de 11 de Maio de 2016 (regulamentou o Marco Civil da Internet e que apresenta relevantes

No dia 18 de Julho de 2016 foi deferido requerimento para que o Projeto de Lei 5.276/2016⁶ fosse apensado ao Projeto de Lei 4.060/2012 e em 27 de Outubro de 2016 foi apensado a este o Projeto de Lei 6.291/2016⁷.

Em 29 de Maio de 2018 o Projeto de Lei 4.060/2012 foi aprovado na Câmara dos Deputados. Naquela ocasião a aprovação de tal Projeto de Lei foi possível devido à grande divulgação de vazamentos de dados pessoais ocorridos à nível internacional, entre eles, aquele que envolveu o Facebook e a Cambridge Analytica⁸. Na mesma data, os Projetos de Lei 5.276/2016 e o 6.291/2016 foram desapensados do Projeto de Lei 4.060/2012 devido à declaração de sua prejudiciabilidade, com o seu consequente arquivamento. A prejudiciabilidade destes foi declarada devido à aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados de Subemenda Substitutiva do Plenário que foi apresentada pelo Deputado Federal Orlando Silva (do Partido Comunista do Brasil – São Paulo), Relator da Comissão Especial do Projeto de Lei 4.060/2012.

Em 30 de Maio de 2018 o Projeto de Lei 4.060/2012 (com a redação dada pela Subemenda Substitutiva do Plenário) foi enviado para apreciação e aprovação do Senado Federal. Nesta casa, o referido Projeto de Lei foi denominado Projeto de Lei da Câmara

definições nos incisos I e II do art. 14) e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990, em especial o art. 43), além de outras disposições legais que abordavam o tema, como, a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 16 de Julho de 1997, fundamentalmente o inciso IX do art. 3), a Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414, de 9 de Junho de 2011, destacando o caput e o §1º do art. 3 e os incisos V e VII do art. 5) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011, em especial o caput e parágrafo único do art. 31 que aborda o tratamento de informações pessoais, bem como o inciso IV do art. 4 e o art. 31).

⁶ O Projeto de Lei 5.276/2016 foi proposto pelo Poder Executivo em 13 de Maio de 2016 e também dispunha sobre tratamento de dados pessoais.

De acordo com BARBOSA e VILHENA (2016), o texto do referido Projeto de Lei foi elaborado pelo Ministério da Justiça no ano de 2011, tendo sido submetido à consulta pública, cujas sugestões foram incorporadas ao texto.

⁷ Este Projeto de Lei foi proposto em 11 de Outubro de 2016 pelo Deputado Federal João Derly de Oliveira Nunes Junior (do Partido Rede – Rio Grande do Sul) e objetivava alterar o Marco Civil da Internet no sentido de proibir o compartilhamento de dados pessoais dos assinantes de aplicações da Internet.

⁸ A Cambridge Analytica – CA foi fundada em 2013 e trabalhava com análise de dados visando a comunicação assertiva em campanhas eleitorais. A empresa teve importante papel em 2016 na campanha de Donald Trump, então candidato à Presidência dos Estados Unidos. No mesmo ano a empresa também foi contratada durante o Brexit no Reino Unido, visando a saída do país da União Europeia. Entretanto, após escândalo envolvendo a empresa e o Facebook em vazamento de grandes proporções ocorrido em Março de 2018, a CA pediu à sua falência nos Estados Unidos e encerrou a sua operação tanto em tal país quanto no Reino Unido alegando inviabilidade das operações.

O referido vazamento de dados pessoais e a sua utilização não autorizada atingiu cerca de 87 milhões de usuários do Facebook localizados em 10 países (entre eles, Brasil e Portugal). Como consequência imediata, o Facebook proibiu a CA de fazer publicidade na sua rede social. Ademais, o Facebook alegou que após análise suspendeu centenas de aplicativos que coletavam grande quantidade de dados dos usuários da rede social.

O incidente tornou-se público quando o ex-diretor da CA, Christopher Wylie, informou à imprensa internacional (jornais “The Guardian” e “The New York Times”) que a empresa tinha adquirido dados pessoais de usuários do Facebook sem o consentimento destes e que tais dados foram utilizados para traçar o perfil dos eleitores.

Assim sendo, logo após a divulgação de tal vazamento, o Facebook afirmou que comunicaria pessoalmente o ocorrido a todos os usuários que tiveram os seus dados vazados. Mesmo assim, a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE e a portuguesa DECO PROTESTE, em conjunto com as associações de defesa do consumidor da Bélgica, da Espanha e da Itália, divulgaram que pretendiam propor Ação Civil Pública na União Europeia contra o Facebook, visando garantir compensação financeira a cada um dos usuários afetados pelo vazamento de seus dados pessoais.

53/2018, tendo sido determinado que ele tramitasse em conjunto com os Projetos de Lei do Senado 330/2013, 131/2014 e 181/2014.

O Projeto de Lei do Senado de 330/2013 foi de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares (do Partido Socialista Brasileiro – Sergipe), sendo que a ele já foram sugeridas diversas Emendas pelos parlamentares. Este Projeto de Lei do Senado – PLS tramitava em conjunto com os Projetos de Lei do Senado 131/2014 e 181/2014. Em 03 de Julho de 2018 a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara 53/2018 e rejeitou os Projetos de Lei do Senado 330/2013, 131/2014 e 181/2014.

Em 10 de Julho de 2018 o PLC 53/2018⁹ foi aprovado pelo Senado Federal¹⁰, sendo que após revisões¹¹ foi remetido em 25 de Julho de 2018 à sanção presidencial.

Em 14 de Agosto de 2018 foi sancionada a Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018 com alguns vetos pelo então Presidente da República, Dr. Michel Temer, ao Projeto de Lei da Câmara 53/2018, sendo que a citada lei entraria em vigor no prazo de 18 meses após sua publicação.

Posteriormente foi elaborada e publicada pelo então Presidente da República, Dr. Michel Temer, a Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018, com o objetivo de alterar a LGPD, em especial, criando a ANPD e adequando a lei à situações específicas, como, a pesquisa acadêmica e a prestação de serviços por órgãos estatais.

Em suma, a legislação brasileira de proteção de dados pessoais foi inspirada no RGPD, tendo algumas modificações sido realizadas para adequá-la à realidade nacional. O tema foi amplamente discutido no Congresso Nacional e objeto de alguns Projetos de Lei. A nova legislação aprovada na Casa Legislativa foi vetada parcial, tendo a Presidência da República posteriormente editado Medida Provisória - MP sobre a matéria.

Recentemente foi apresentada ao Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição¹² 17, de 12 de Março de 2019 que tem como ementa “acrescenta o inciso XII-A,

⁹ O referido PLC foi objeto de Manifesto (2018) em defesa da sua célere apreciação e aprovação pelo Senado Federal, o qual foi assinado por 80 entidades representativas, instituições acadêmicas, organizações etc, datado de 13 de Julho de 2018, o que demonstra o forte comprometimento de diversos segmentos da sociedade brasileira. Dentre os signatários podemos destacar o Centro de Direito, Internet e Sociedade – CEDIS, a Ordem dos Advogados – São Paulo, a Ordem dos Advogados – Distrito Federal, a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, a Associação Nacional de Jornais – ANJ, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB, a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico – Camara-e.net, o Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio – ITS e a Internet Society Brasil.

¹⁰ Com a aprovação no Senado Federal do PLC 53/2018, o PLS 330/2013 e os demais que com ele tramitavam em conjunto foram prejudicados.

¹¹ Foram realizadas revisões do texto, corrigidas inexatidões na confecção dos autógrafos e consolidadas as emendas de redação aprovadas em Plenário com as adequações de técnica legislativa.

¹² A Proposta de Emenda à Constituição - PEC, prevista no inciso I do art. 59 da Constituição da República - CR, pode ser apresentada por um terço dos 308 (trezentos e oito) Deputados Federais ou dos 49 (quarenta e nove) Senadores (inciso I do art. 60 da CR), pelo Presidente da República (inciso II do art. 60 da CR) ou por mais da metade das Assembleias Legislativas, desde que cada uma delas se manifestem pela maioria relativa dos seus membros (inciso III do art. 60 da CR). A PEC não pode

ao art. 5º, e o inciso XXX, ao art. 22, da Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixar a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.”. Tal Proposta de Emenda à Constituição – PEC foi de autoria de 29 (vinte e nove) Senadores, entre eles, os Senadores Antônio Anastasia (do Partido da Social Democracia Brasileira – Minas Gerais) e Rodrigo Pacheco (Democratas – Minas Gerais). Atualmente a Proposta de Emenda à Constituição encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aguardando designação do relator.

3.2 Outras propostas legislativas nos âmbitos estatal e municipal¹³

A iniciativa brasileira de proteção de dados pessoais é uma preocupação não somente da esfera federal, mas também de alguns estados e municípios.

Na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo encontram-se em andamento dois Projetos de Lei relacionados à proteção de dados.

Em Junho de 2015 foi proposto o Projeto de Lei 981/2015 pelo ex-Deputado Estadual André Soares (do Partido Democracia Cristão), o qual pretende regulamentar a divulgação de dado pessoal, por qualquer meio ou processo, sem a prévia autorização do seu titular.¹⁴ Em Maio de 2018 o Projeto foi aprovado em Sessão Extraordinária, tendo em Junho do mesmo ano o então Governador do estado de São Paulo, Dr. Márcio França, apresentado veto total ao Projeto de Lei em virtude de inconstitucionalidade (Mensagem A-nº 119/2018)¹⁵. A Mensagem de veto foi distribuída às Comissões que anteriormente haviam votado favoravelmente ao Projeto de Lei, tendo o relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Estadual Fernando Cury (do Partido Popular Socialista) votado contra o veto. Atualmente, a matéria encontra-se incluída na Ordem do Dia, tramitando em regime de urgência.

suprimir cláusulas pétreas da Constituição da República (§4º do art. 60 da CR) e não pode tramitar durante a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (§1º do art. 60 da CR). A Proposta é discutida e votada em dois turnos na Câmara Federal e no Senado Federal, sendo aprovada se obtiver três quintos dos votos dos seus membros (§2º do art. 60 da CR). Caso a matéria da Proposta seja rejeitada ou havida como prejudicada ela não poderá ser objeto de nova PEC na mesma sessão legislativa (§5º do art. 60 da CR).

¹³ A situação dos Projetos legislativos que serão informados a seguir refere-se à na data de fechamento do presente trabalho, qual seja, Março de 2019.

¹⁴ O projeto obteve parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação em 2015, na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais em 2016 e na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento em 2017.

¹⁵ O Governador Márcio França (2018, p. 1) alegou que “(...) o tratamento de dados pessoais tem clara relação com os **direitos da personalidade**, ramo do direito civil, de outra parte também constitui insumo para diversas atividades econômicas, de sorte que a sua integral disciplina envolve questões afetas ao **direito civil** e ao **direito comercial**. Ocorre que a Constituição da República atribui à União a competência para legislar, privativamente, sobre direito civil e comercial (artigo 22, inciso I). Assim, o projeto de lei em análise está em desconformidade com a repartição de competências legislativas estabelecidas pela Constituição da República e, sob essa perspectiva representa, ainda, ofensa ao pacto federativo.”. [grifo nosso]

Posteriormente, em Setembro de 2018 foi proposto também na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo o Projeto de Lei 598/2018, de autoria do Deputado Estadual Rogério Nogueira (do Partido Democratas). Na ocasião da proposição a Lei 13.709/2018 não havia sido aprovada, sendo que o autor do Projeto de Lei estadual considerava o então Projeto de Lei federal “geral e abrangente”. O Projeto de Lei 598/2018 é composto por 52 artigos, dispostos em oito capítulos, sendo bastante semelhante à legislação federal, prevendo inclusive a criação da Autoridade Estadual de Proteção de Dados, nos moldes da ANPD proposta no PLC 53/2018 que originou a LGPD. Atualmente o Projeto de Lei encontra-se em tramitação.

No estado do Rio Grande do Sul foi proposto o Projeto de Lei 293/2017 sobre tratamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul. Tal Projeto foi proposto pela ex-Deputada Estadual Manuela d’Ávila (do Partido Comunista do Brasil). Dentre as iniciativas de tal Projeto destacamos a instituição de um Conselho Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (Seção I do Capítulo VII), que teria o objetivo de ser um órgão consultivo, deliberativo e normativo, a quem competiria, por exemplo, “participar e fornecer subsídios para a elaboração da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade” (inciso I do art. 41) e “estabelecer diretrizes para a elaboração de relatórios de impacto à privacidade” (inciso VIII do art. 41). Tal Conselho seria composto por representantes de órgão do governo e também de entidades da sociedade civil (art. 42). Entretanto, o Projeto de Lei foi arquivado¹⁶ em 27 de Dezembro de 2018.

Outro estado que também dispõe de Projetos de Lei relacionado ao tema em estudo é o Rio de Janeiro. Em Maio de 2015 foi proposto o Projeto de Lei 375/2015 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a proteção da intimidade dos cidadãos do estado, através do sigilo de dados pessoais, inclusive a partir de números identificativos. Tal Projeto de Lei foi proposto pelo Deputado Estadual André Ceciliano (do Partido dos Trabalhadores). O Projeto de Lei encontrava-se em tramitação.

Já no âmbito municipal encontramos um maior número de iniciativas legislativas relacionadas à proteção de dados pessoais, sendo que a maior parte delas está focada na administração pública direta e/ou indireta.

Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi proposto em Novembro de 2018 o Projeto de Lei 1.053/2018, que refere-se ao tratamento e proteção de dados pessoais no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, de autoria dos Vereadores Tarcísio Motta e David Miranda (ambos do Partido Socialismo e Liberdade). Este Projeto de Lei encontra-se em tramitação.

¹⁶ No site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul não é informado o motivo do arquivamento.

No município de Vinhedo, no interior do estado de São Paulo, em Novembro de 2017 foi apresentado o Projeto de Lei Complementar 12/2017 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa jurídica de direito público e privado no município, de autoria do Vereador Rodrigo Paixão (do Partido Rede Sustentabilidade), mas tendo o seu texto básico sido formulado, como no caso do município de São Paulo (referido abaixo), pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância Tecnologia e Sociedade – LAVITS. O Projeto de Lei passou por inúmeras Comissões, tendo somente sido sugerida uma Emenda pela Comissão de Justiça, Redação, Ética e Cidadania. Em 11 de Junho de 2018 o Projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores, em seguida sancionado pelo Prefeito e foi convertido na Lei Complementar 161, de 05 de Julho de 2018. A referida legislação entrou em vigor em 180 dias após a sua publicação, sendo que dela destacamos que foi autorizada a criação da Ouvidoria da Proteção de Dados Pessoais (art. 42 a 44) e do Conselho Municipal de Proteção de Dados e Privacidade (art. 45 a 47).

Na Câmara Municipal de São Paulo foi apresentado em Novembro de 2017 o Projeto de Lei 807/2017 de autoria do Vereador Eduardo Suplicy (do Partido dos Trabalhadores - PT), com apoio dos Vereadores Patrícia Bezerra (do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), José Police Neto (do Partido Social Democrata - PSD), Sâmia Bomfim (do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), Toninho Vespoli (do PSOL), Juliana Cardoso (do PT), Eduardo Tuma (do PSDB) e Natalini (do Partido Verde - PV), o qual trata da “(...) política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da Administração Pública direta e indireta no Município de São Paulo (...)”. A iniciativa de tal Projeto de Lei é de organizações da sociedade civil (por exemplo, Coletivo Intervenções e Rede Nossa São Paulo) e da LAVITS (que desenvolveu uma proposta base de legislação de proteção de dados).¹⁷ O Projeto de Lei encontra-se em andamento.

Na cidade de Campinas, interior de São Paulo, em Outubro de 2017 foi proposto o Projeto de Lei Ordinária 297/2017 que dispunha sobre o tratamento de dados pessoais no âmbito da administração pública direta e indireta, de autoria do Vereador Pedro Tourinho (do Partido dos Trabalhadores). Entretanto, o Projeto não foi aprovado, tendo sido arquivado em 27 de Abril de 2018,

No município de Recife, capital de Pernambuco, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei Ordinária 182/2018, que foi apresentado em Outubro de 2018 pelo Vereador Ivan

¹⁷ O Projeto de Lei em comento ganhou publicidade a partir da declaração do então Prefeito de São Paulo João Doria sobre a possibilidade de negociar as informações de transporte dos municípios obtidas através do serviço público (por exemplo, bilhete único).

Vasconcellos de Moraes Filho (do Partido Socialismo e Liberdade), que dispõe sobre a política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta. Este Projeto de Lei encontra-se em tramitação.

Na Câmara Municipal de Fortaleza, capital do Ceará, foi proposto em Maio de 2018 o Projeto de Lei Ordinária 337/2018, de autoria do Vereador Salmito Filho (do Partido Democrático Trabalhista), que dispunha, como as demais iniciativas municipais, sobre a proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública direta e indireta no município. Entretanto, em Fevereiro de 2019, após apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (cujo relatório foi elaborado pelo Vereador Noelio Oliveira, do Partido Republicano da Ordem Social), o Projeto de Lei Ordinária foi arquivado.

Em Cariacica, no estado do Espírito Santo, foi proposto em Janeiro de 2018 o Projeto de Lei Legislativo 08/2018 de autoria do Vereador André Lopes (do Partido dos Trabalhadores), que pretende dispor sobre a Política Municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da Administração Pública direta e indireta. Atualmente o referido Projeto encontra-se em andamento, tendo sido encaminhado às devidas Comissões.

Em Fevereiro de 2018 a Vereadora Marta Rodrigues (do Partido dos Trabalhadores) apresentou à Câmara Municipal de Salvador o Projeto de Lei 08/2018 que visa dispor sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa jurídica de direito público ou privado no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta¹⁸. Desde Abril de 2018 o referido Projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final da Câmara, sob a relatoria da Vereadora Lorena Brandão (Partido Social Cristão).

Finalmente, com relação ao município de João Pessoa, capital da Paraíba, em Abril de 2018 foi proposto o Projeto de Lei Ordinária 631/2018, de autoria do Vereador João Luiz Pereira Gonçalves (do Partido Republicano Brasileiro), que dispõe sobre a política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta. O Projeto foi encaminhado a algumas Comissões da Casa Legislativa, tendo obtido parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa (com Emendas), de Políticas Públicas (sem Emenda) e de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública (sem Emenda). Em 12 de Dezembro de 2018 o Projeto de Lei Ordinária foi aprovado no Plenário da Câmara Municipal, tendo assim sido decretada a Lei Ordinária

¹⁸ Em Março de 2019 a Assessoria da Vereadora Marta Rodrigues esclareceu que “A presente Proposição reproduz a minuta construída pela sociedade civil e mandatos de partidos como PT e PSOL, em São Paulo, tendo como referência o município de Campinas, onde o projeto foi inicialmente proposto. (...)”.
A minuta do referido Projeto contou com o incentivo e apoio da LATIVS.

13.697, de 15 de Janeiro de 2019, a qual entrará em vigor no prazo de 180 dias da data da sua publicação.

Entretanto, mesmo considerando louváveis as iniciativas estaduais e municipais supracitadas¹⁹, devemos observar a competência legislativa privativa da União, prevista na Constituição da República. Nestes termos, o inciso I do art. 22 da Carta Magna dispõe que questões de direito civil (dentre as quais, no nosso entendimento, incluem-se a proteção de dados pessoais e a privacidade), são de competência privativa²⁰ da União²¹. Frente a isto, defendemos não ser cabível que os estados e os municípios legislem sobre o tema em estudo.

Além disto, acreditamos que as leis estaduais e municipais que versam sobre proteção de dados, tema de competência privativa da União, são inconstitucionais.²²

Neste contexto, eventualmente também poderá surgir questionamento quanto à possibilidade de legislação estadual e/ou municipal sobre o tema em análise ser aprovada e entrar em vigência durante a “vacatio legis” da Lei 13.709/2018. Neste caso, acreditamos que deverá ser adotado o mesmo posicionamento anterior, qual seja, a inconstitucionalidade das leis estaduais e municipais relacionadas ao tema.

¹⁹ Segundo consta na justificativa da Emenda n. 4 à Medida Provisória 869/2018 (que altera a Lei 13.709/2018), de autoria do Deputado Federal Orlando Silva (do Partido Comunista do Brasil – São Paulo), a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN realizou levantamento em 159 Casas Legislativas (Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais com mais de 200 mil habitantes) no que tange à legislação sobre proteção de dados, tendo identificado 14 (quatorze) Projetos de Lei, sendo 4 estaduais e 8 municipais. À nível estadual foram localizados 2 (dois) Projetos em São Paulo, 2 (dois) no Rio de Janeiro, 1 (um) no Rio Grande do Sul e 1 (um) em Alagoas. Na esfera municipal a FEBRABAN cita São Paulo, Campinas, Vinhedo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza e Cariacica. Segundo tal Federação, 9 (nove) Projetos encontram-se em tramitação, 2 (dois) foram transformados em Lei, 1 (um) foi vetado e 2 (dois) foram arquivados. Após nossa solicitação por e-mail a FEBRABAN informou que o levantamento não poderia ser disponibilizado para nossa análise.

No nosso levantamento, no âmbito estadual encontramos somente 1 (um) Projeto de Lei no Rio de Janeiro, o qual encontra-se em tramitação. Em São Paulo foram localizados 2 (dois) Projetos de Lei, que também encontram-se em andamento e no do Rio Grande do Sul o Projeto de Lei localizado foi arquivado. No âmbito municipal também localizamos um Projeto de Lei em João Pessoa (o qual foi transformado na Lei Ordinária 13.697/2019). Das demais iniciativas, a de Vinhedo foi aprovada (e transformada na Lei Complementar 161/2018), as do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e Cariacica encontram-se em andamento e as de Campinas e Fortaleza foram arquivadas.

²⁰ Destacamos que a legislação fala em “competência privativa” e não “competência exclusiva”, sendo esta indelegável enquanto àquela admite a possibilidade de delegação, o que é uma faculdade da União. Ademais, o § único do art. 22 esclarece que a delegação das matérias de competência privativa da União previstas no referido artigo deverão ser realizadas através de Lei Complementar.

²¹ Em sentido semelhante, chamamos atenção para a Mensagem A-119/2018 do então Governador do estado de São Paulo (Dr. Márcio França), datada de 07 de Junho de 2018, que apresenta as razões para recusa da sanção ao Projeto de Lei 981/2015, aprovado pela Assembleia Legislativa do estado e que trata da proteção de dados pessoais. Segundo o Governador de São Paulo, o Projeto de Lei refere-se à matéria de direito civil (“(...) clara relação com os direitos da personalidade (...)”) e de direito comercial (“(...) constitui insumo para diversas áreas econômicas (...)”), sendo que a “(...) Constituição Federal atribui à União a competência para legislar, privativamente, sobre direito civil e comercial (artigo 22, inciso I) (...)”, constituindo assim tal Projeto de Lei “ofensa ao pacto federativo”.

O dito Governador realizou consulta à outros órgãos e entidades, do qual destacamos o posicionamento da Fundação de Proteção de Defesa do Consumidor – PROCON, que alega inconstitucionalidade do Projeto de Lei não somente por tratar de matéria de direito civil cuja competência é exclusiva da União, mas também por sua incompatibilidade com dispositivos da Lei 12.965/2014.

²² Neste sentido destacamos o posicionamento de SARLET et al. (2015): “Como não existe hierarquia entre leis federais e leis editadas pelos outros entes federativos, eventual conflito, representado pela invasão da esfera de competência legislativa privativa da União, resolve-se pela inconstitucionalidade da legislação que usurpa a competência, a ser declarada pelo STF.”

3.3 Vetos presidenciais ao Projeto de Lei da Câmara 53/2018

Após aprovação do Projeto de Lei da Câmara 53/2018 no Congresso Nacional, ele foi submetido à sanção presidencial. Naquela ocasião o então Presidente da República, Dr. Michel Temer, ouviu diversos Ministérios e órgãos à respeito do dito Projeto, tais como, o Ministério da Fazenda e o Banco Central, tendo sido propostos inúmeros vetos, os quais caso tivessem sido admitidos em sua totalidade pelo Presidente da República praticamente desestruturariam o Projeto de Lei. Segundo BARBOSA (2018), “se considerados todos os pedidos de veto solicitados pelos ministérios à Casa Civil, nada menos do que 86% da lei corriam o risco de ser eliminados pela caneta de Michel Temer, ou seja, o texto seria totalmente desfigurado e deixaria de existir na prática.”

Entretanto, após negociações no âmbito dos setores público e privado o então Presidente da República decidiu por cinco vetos ao Projeto de Lei, os quais se encontram detalhados na Mensagem 451, de 14 de Agosto de 2018.

O primeiro veto presidencial concerne ao inciso II do art. 23, o qual foi sugerido pelo Ministério da Fazenda. Em suma, o veto ocorreu devido ao fato de tal inciso prever a vedação do compartilhamento de dados pessoais entre o Poder Público e as pessoas jurídicas de direito privado, o que o Governo considerou ser “ (...) essencial para o regular exercício de diversas atividades e políticas públicas (...)”. Com relação a tal veto LARA (2018) do Artigo 19, citado por VALENTE e CHAGAS (2018), afirma que “o objetivo deste dispositivo era impedir qualquer retaliação a um cidadão que usasse a LAI [Lei de Acesso à Informação] para, por exemplo, fiscalizar um órgão público. Quem requer precisaria ter sua identidade protegida para que qualquer tipo de abuso deste tipo não ocorresse.”

O segundo veto trata do inciso II do §1º do art. 26, tendo sido sugerido pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o Banco Central, sendo que ele versa sobre compartilhamento de dados pessoais entre o Poder Público e entidades privadas. Nas razões do veto, foi esclarecido que “a cumulatividade da exigência estabelecida no dispositivo inviabiliza o funcionamento da Administração Pública, já que diversos procedimentos relativos à transferência de dados pessoais encontram-se detalhados em atos normativos infralegais (...)”.

O terceiro veto refere-se ao art. 28, que encontra-se intrinsecamente ligado ao primeiro veto citado anteriormente. Ele foi fruto da manifestação dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria-Geral da União. A justificativa de tal veto é de que “a publicidade irrestrita da comunicação ou do uso compartilhado de dados pessoais entre órgãos e entidades de direito público (...) pode tornar

inviável o exercício regular de algumas ações públicas (...).” Especialmente com relação à publicidade, notamos que tal veto demonstra que o Governo Federal não está realmente engajado com o Princípio da Transparência.

Conforme se pôde observar, os três vetos referidos acima referem-se ao Capítulo IV – Do Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público do PLC 53/2018.

O quarto veto relaciona-se aos incisos VII, VIII e IX do art. 52 (Capítulo VIII – Fiscalização, Seção I – Das Sanções Administrativas), tendo sido objeto de opinião externada pelos Ministérios da Fazenda, da Saúde, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, além do Banco Central. De acordo com o então Presidente da República, Dr. Michel Temer, tal veto foi necessário em virtude do fato da suspensão ou proibição da atividade relacionada ao tratamento de dados poder gerar insegurança aos responsáveis por tais informações, além de poder impossibilitar a utilização e o tratamento de bancos de dados considerados essenciais para diversas atividades. Nesta última hipótese podemos notar que nas razões do veto são citadas as instituições financeiras, para quem tais sanções administrativas poderiam acarretar “(...) prejuízo à estabilidade do sistema financeiro nacional”. Vale destacar que tal setor foi fortemente contra diversos aspectos do PLC 53/2018, sendo que acreditamos que ele deve ter pressionado sobremaneira o Poder Executivo no que tange à este e outros temas.

Especialmente com relação ao veto das sanções administrativas BORGES (2018) afirmou que o então Ministro dos Direitos Humanos, Dr. Gustavo Rocha, havia esclarecido que o Poder Executivo encaminharia novas sugestões de sanções administrativas na forma de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, visando assim “(...) compensar a supressão que foi feita na lei sancionada”.

Com o veto do Presidente da República às sanções administrativas o poder sancionatório da ANPD foi reduzido frente ao previsto no PLC 53/2018, valendo acrescentar que a criação de tal Autoridade, também foi vetada.

O quinto veto concerne aos artigos 55 a 59 (Capítulo IX – Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) e do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade). Manifestaram-se contra tais dispositivos os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Transparência e Controladoria-Geral da União, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Segurança Pública, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Banco Central. Segundo as razões do veto, “os dispositivos incorrem em inconstitucionalidade do

processo legislativo, por afronta ao artigo 61, § 1º, II, ‘e’, cumulado com o artigo 37, XIX da Constituição.”²³

3.3.1 Parecer jurídico com relação ao veto presidencial aos artigos 55 e 56 do Projeto de Lei da Câmara 53/2018

Especialmente com relação à possível alegação de inconstitucionalidade dos artigos 55 e 56 do Projeto de Lei da Câmara 53/2018, antes mesmo de publicada a Mensagem 451, de 14 de Agosto de 2018 do então Presidente da República, Dr. Michel Temer, o Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal - STF, Dr. Ilmar Nascimento Galvão, e o Professor da Universidade de Brasília - UnB, Dr. Jorge Octávio Lavocat Galvão elaboraram um PARECER (2018) com o objetivo de responder tão somente ao seguinte quesito: “A alteração parlamentar de Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo no sentido de criar autarquia em regime especial, ao invés de órgão, para fiscalizar a aplicação da LGPD implica a inconstitucionalidade formal do projeto por vício de iniciativa?”.

Cabe inicialmente destacarmos alguns dispositivos relevantes da Constituição da República: a) o caput e o inciso XI do art. 48 dispõem que a criação de órgão da administração pública direta “cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República (...)”; b) o inciso XIX do art. 37 esclarece que “somente por lei específica poderá ser criada autarquia²⁴ (...)” e c) letra e²⁵ do inciso II do art. 61 estipula que é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que criam, por exemplo, órgãos da administração pública.

Baseado nestas disposições o PARECER (2018) esclarece que “(...) tanto a criação de órgão da Administração direta quanto de entidade da Administração indireta (...) demanda aprovação de lei em sentido estrito, de iniciativa do Poder Executivo (...)”.

²³ Alguns estudiosos afirmam que quando o Projeto de Lei foi escrito pelo Poder Executivo (no governo da então Presidente da República Dra. Dilma Rousseff) e enviado ao Congresso Nacional não havia previsão explícita de criação da referida Autoridade, ou seja, o Poder Legislativo não poderia propor a formação de autarquias que gerassem novos gastos no Orçamento, o que é prerrogativa do Poder Executivo (“vício de iniciativa” ou “vício de origem”). Outros teóricos não aceitam o argumento de que houve vício de iniciativa, alegando que o Projeto de Lei 5.276/2016 aprovado no CN era de iniciativa do Poder Executivo, tendo ele originado o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados e tendo sido apensado ao aprovado Projeto de Lei 4.060/2012, que previa a criação da Autoridade Nacional.

²⁴ O inciso I do art. 5 do Decreto Lei 200/1967 esclarece que autarquia é “(...) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

A autarquia, assim como a fundação, a empresa pública e a sociedade de economia mista são considerados entidade da administração indireta.

Ao abordar a diferenciação entre autarquias e órgãos públicos, o PARECER (2018) em análise esclarece que as autarquias possuem personalidade jurídica própria (e consequentemente “(...) maior autonomia para desempenhar suas atividades, já que dispõem de personalidade, patrimônio e gestão próprios (...)”) e que os órgãos públicos são considerados tão somente uma parte da estrutura estatal (que só “(...) se limitam a cumprir suas finalidades dentro da competência funcional que lhe foi determinada pela organização estatal.”).

²⁵ Cabe observar que ao longo do referido PARECER (2018) os autores também fazem referência às alíneas a, b, c do inciso II do § 1º do art. 61, as quais abordam as leis de iniciativa do Presidente da República.

Quanto à opção de alteração de “órgão público” proposto no Projeto de Lei 5.276/2016 de autoria do Poder Executivo para “autarquia” no PLC 53/2018, o qual foi convertido na Lei 13.709/2018, o PARECER (2018) esclarece que:

(...) o que houve (...) foi a adaptação do projeto encaminhado pelo Poder Executivo às circunstâncias concretas do serviço que se pretende prestar. A opção por desempenhar a atividade por meio de um ente personificado encontra-se dentro da margem de discricionariedade do Poder Legislativo. (...) Uma vez deflagrada a iniciativa legislativa pelo Presidente da República, há alguma margem para o Legislativo customizar a forma de atuação estatal. (...) proibir a deliberação sobre qual a melhor figura administrativa para desempenhar a atividade, seria o mesmo que embargar os canais legislativos, transformando o Parlamento em mero órgão de chancela das decisões presidenciais.

O PARECER (2018) também afirma que existem decisões jurisprudenciais²⁶ que demonstram a “(...) possibilidade de emenda parlamentar a projetos de iniciativa do Poder Executivo, desde que não haja aumento de despesas.” O PARECER (2018) acrescenta que a referida emenda parlamentar nem mesmo criou cargos, sendo que “o que o PLC nº 53/2018 fez foi apenas delimitar como será formado o Conselho Diretor da ANPD, sem indicação da natureza do cargo ou o valor de sua remuneração.” Assim sendo, os juristas do referido documento (2018) concluem que:

Em verdade, delegou-se ao Poder Executivo a elaboração do regulamento e da estrutura organizacional da ANPD, conforme §4º do art. 55. Já os cargos públicos deverão ser criados posteriormente por lei ou realocados na forma do art. 84, VI, “a”, da Constituição Federal de 1988.²⁷

Frente ao exposto, concluímos que cabe ao Poder Executivo decidir sobre a prestação do serviço público, sendo que o Presidente da República pode encaminhar ao Poder Legislativo Projetos de Lei que visem criar ou modificar a estrutura administrativa, de acordo com as políticas públicas e dentro da disponibilidade orçamentária. Ao Poder Legislativo cabe verificar se a forma adotada nos Projetos de Lei são adequadas ao fim a que se destinam, podendo realizar modificações no sentido de aprimoramento, desde que não impliquem em aumento de despesa, posto que a alocação de recurso é de competência exclusiva do Presidente da República.

²⁶ Por exemplo, Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 257.163, Relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, julgado em 19/02/2013 e DJe 06/03/2013.

²⁷ O PARECER (2018) complementa que “(...) o fato de haver especificação da composição do Conselho Diretor não implicou aumento de despesas, já que os cargos não foram formalmente criados pelo PLC nº 53/2018.”

Especialmente quanto as atribuições da ANPD previstas no art. 56 do PLC 53/2018, os autores do PARECER (2018) deixam claro que não há alterações relevantes em comparação com o Órgão Competente constante do art. 53 do Projeto de Lei 5.276/2016.

Enfim, o PARECER (2018) entende que “inexiste qualquer vício de inconstitucionalidade formal no PLC nº 53/2018.”

3.4 Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018

No dia 28 de Dezembro de 2018 foi publicada a Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018 – MP 869/2018. Tal legislação promoveu alterações na Lei 13.709/2018, além de instituir a ANPD.

Devemos destacar que a MP²⁸ é uma norma com força de lei editada pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Os seus efeitos jurídicos são imediatos, entretanto, ela deve ser apreciada pelas duas Casas do Congresso Nacional - CN para que seja convertida em Lei Ordinária. Esta apreciação deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável automaticamente por igual período na eventualidade da votação não ser concluída nas duas Casas do CN. No caso da MP não ser apreciada em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da sua publicação, a sua tramitação entrará em regime de urgência, sobrestando assim as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Desta forma, a conversão da Medida Provisória 869/2018 em Lei Ordinária é de competência do Congresso Nacional, sendo importante frisar que qualquer uma das duas Casas Legislativas poderá decidir pela rejeição da referida Medida Provisória, hipótese na qual a sua vigência e tramitação serão encerradas e ela será arquivada.

No que se refere ao calendário de tramitação da MP 869/2018 vale destacar que: i) a possibilidade de apresentação de Emendas no Congresso Nacional foi de 04 a 11 de Fevereiro de 2019; ii) a tramitação em regime de urgência, obstruiria a pauta a partir de 21 de Março de 2019 (46º dia após a sua publicação); iii) o prazo final para apreciação da MP pelo Congresso Nacional seria 04 de Abril de 2019 (60 dias após a sua publicação, o qual poderá ser prorrogado por igual período).²⁹

3.4.1 Alterações mais relevantes realizadas pela Medida Provisória 869/2018 na Lei Geral de Proteção de Dados

²⁸ Prevista no art. 62 da Constituição da República e também referida na Resolução do Congresso Nacional n. 1/2002.

²⁹ Através do Ato Declaratório 17, de 27 de Março de 2019, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Dr. Davi Alcolumbre, foi prorrogada a vigência da MP 869/2018 pelo período de 60 (sessenta) dias.

Logo após a publicação da MP 869/2018 surgiram diversas críticas ao seu texto. Os principais comentários foram com relação à ANPD, como, no que se refere à sua representação multisetorial dos seus membros e a sua autonomia e independência.

Com relação à Autoridade Nacional, quando da promulgação da LGPD o então Presidente da República, Dr. Michel Temer, vetou alguns artigos, dentre eles os arts. 55 a 59 que constituíam e organizavam a ANPD e o Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade. Em suma, podemos dizer que a alegação de tal veto foi o fato de que houve “vício de iniciativa”, o que já foi abordado.

Segundo o texto original do inciso XIX do art. 5 da LGPD a ANPD seria “órgão da administração pública indireta” ligado ao Ministério Público, tendo a MP 869/2018 alterado para “órgão da administração pública” ligado à Presidência da República. Assim, segundo MARTINS, LONGHI e FALEIROS JÚNIOR (2019), a ANPD passou a ser um órgão da administração direta. Ademais, tais estudiosos (2019) comentam que “ao fazer parte da Administração Pública Direta, na esfera federal, a Autoridade brasileira surge com o risco de pouca ou nenhuma efetividade na fiscalização e aplicação de sanções, uma de suas principais atribuições. (...)”

A MP 869/2018 também incluiu os artigos 55-A a 55-K na LGPD, os quais tratam da Autoridade Nacional. Dentre as novidades destacamos que a ANPD³⁰ será integrante da Presidência de República (art. 55-A)³¹, sendo-lhe assegurada autonomia técnica (art. 55-B)³²; será composta pelo Conselho Diretor (órgão máximo), Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, Corregedoria, Ouvidoria, órgão de assessoramento jurídico próprio e unidades administrativas e especializadas necessárias (art. 55-C) e o Conselho Diretor será composto por 5 (cinco) Diretores com mandato de 4 (quatro) anos, os quais serão

³⁰ MARTINS, LONGHI e FALEIROS JÚNIOR (2019) afirmam que “a Medida Provisória, lamentavelmente, dá um passo na contramão da convergência normativa internacional, já que a regulação europeia determina que as autoridades deverão atuar de forma independente, livre de influências externas, diretas ou indiretas (art. 52, RGPD). (...)”

³¹ A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS (2019) considera que a “(...) vinculação da ANPD à Presidência da República é insuficiente para criar um ambiente de maior segurança jurídica, com capacidade de efetivamente fomentar atividades econômicas baseadas em dados ao mesmo tempo em que assegura proteção aos titulares desses dados. (...)”. No mesmo sentido, FRAZÃO (2019) alega que, com base nas disposições da MP 869/2019, “(...) é motivo de preocupação que a ANPD, apesar de suas relevantíssimas atribuições, apresente, do ponto de vista organizacional, estrutura que revela fragilidade institucional e dependência em relação à Presidência da República.”

³² Para a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS (2019) o “(...) desenho institucional previsto na MP para a Autoridade pode **prejudicar atividades envolvendo também a transferência internacional de dados**. Isso porque tal modelo **reduz sua autonomia e independência**, afastando a autoridade das exigências de legislações estrangeiras para a transferência de dados pessoais para outros países. Assim, países alinhados com os princípios de proteção de dados pessoais (a exemplo dos Estados-Membros da União Europeia, que convivem com a GDPR) provavelmente terão dificuldades em reconhecer o modelo brasileiro como compatível com as sua legislação, podendo prejudicar a transferência de dados pessoais entre os países e, com isso, impactar atividades econômicas nacionais que dependam do tratamento de dados pessoais (e.g.: contratação de serviços em nuvem). (...)” [grifo nosso]

nomeados pelo Presidente da República (art. 55-D). Ademais, é de se destacar que ANPD foi criada sem aumento de despesas (art. 55-H).

Dentre as competências da ANPD, também abordadas pela MP 869/2018, constam a edição de normas e procedimentos sobre proteção de dados pessoais (como, padrões técnicos), requisição de informações aos agentes de tratamento de dados pessoais (controladores e operadores, como, o Relatório de Impacto), deliberação administrativa sobre a interpretação da LGPD, suas competências e os casos omissos, implementação de mecanismos para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com a LGPD (por exemplo, canais de comunicação e possibilidade de denúncia anônima), fiscalização e aplicação de sanções³³ em caso de tratamento de dados em descumprimento da legislação, promoção de ações de cooperação com Autoridades de Proteção de Dados de outros países (como, protocolos de cooperação em termos de proteção de dados e privacidade) e difusão na sociedade o conhecimento sobre as normas e políticas públicas relacionadas à proteção de dados pessoais e medidas de segurança (como, folders, propagandas e eventos) (art. 55-J).

A MP 869/2018 dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade – CNPDP, o qual será composto por 23 (vinte e três) representante, com uma composição multisetorial, sendo 6 (seis) do Poder Executivo Federal, 1 (um) do Senado Federal, 1 (um) da Câmara dos Deputados, 1 (um) do Conselho Nacional de Justiça - CNJ³⁴, 1 (um) do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP³⁵, 1 (um) do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br³⁶, 4 (quatro) de entidades da sociedade civil com atuação comprovada em proteção de dados pessoais, 4 (quatro) de instituições científicas, tecnológicas e de inovação e 4 (quatro) de entidades representativas do setor empresarial relacionado à área de tratamento de dados pessoais (incisos I a IX do art. 58-A)³⁷. Dentre as competências do CNPDP podemos citar: “propor diretrizes estratégicas e fornecer subsídios para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e para a atuação da

³³ Com relação às sanções, verificar o caput do art. 55-K e o art. 52 que prevê a possibilidade de advertência, multas, publicização da infração, bloqueio e eliminação dos dados.

³⁴ O CNJ, previsto no art. 103-B da Constituição da República (criado pela Emenda Constitucional 45/2004 com posterior alteração da Emenda Constitucional 61/2009), é uma instituição pública que objetiva aperfeiçoar o trabalho do judiciário nacional, em especial o controle e a transparência tanto processual quanto administrativa. O Conselho é composto por 15 membros, sendo que eles (exceto o seu Presidente) serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação e escolha do Senado Federal dos indicados pelos órgãos competentes. O CNJ é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

³⁵ O CNMP, previsto no art. 130-A da Carta Magna (criado pela Emenda Constitucional 45/2004) fiscaliza o Ministério Público nacional, incluídos os seus membros, em termos administrativos, financeiros e disciplinar. O Conselho é composto por 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois da indicação dos Ministérios Públicos e aprovação e escolha do Senado Federal. O CNMP é presidido pelo Procurador-geral da República.

³⁶ O CGI.br foi criado pelo Decreto 4.829, de 3 de Setembro de 2003. A sua composição é multisetorial e entre as atribuições do CGI.br podemos citar, por exemplo, estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no país e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de endereços Internet Protocol – IP e promover estudos e recomendar procedimentos para a segurança da Internet.

³⁷ Quanto à indicação e designação de tais representantes, vide §§ 1º a 3º do art. 58-A da MP 869/2018.

ANPD”, “elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade” e “disseminar o conhecimento sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade à população em geral” (incisos I a V do art. 58-D).

No que se refere à comunicação ou ao uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa jurídica de direito privado, o art. 27 da LGPD previa que, em regra (sendo admitidas exceções), haveria tanto a obrigatoriedade de informar à ANPD quanto a dependência do consentimento do titular. Entretanto, com a redação dada pela MP 869/2018, foi excluída a obrigatoriedade de informar tal prática à ANPD.

Já quando à possibilidade da Autoridade solicitar informações sobre o tratamento de dados ao Poder Público, estava previsto na redação original do art. 29 que tal solicitação poderia somente ser realizada às entidades do Poder Público e com a MP foi incluído em tal escopo os órgãos do Poder Público.

A MP 869/2018 alterou os §§ 2º e 3º do art. 4 e revogou o §§ 4º do mesmo artigo. O § 2º refere-se ao tratamento de dados pessoais realizado exclusivamente por pessoa jurídica para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais. Tal tratamento por pessoa de direito privado passa a ser admitido em procedimentos sob a tutela de pessoa jurídica de direito público. Ademais, o § 3º do art. 4 esclarece que tais dados não poderão ser objeto de tratamento em sua totalidade por pessoas jurídicas de direito privado, nas quais não estão incluídas as controladas pelo Poder Público. Quanto à este parágrafo, a Medida Provisória retirou obrigações da Autoridade Nacional com relação a tal tratamento, quais sejam, de emitir opiniões técnicas ou recomendações no caso de tratamentos de tais dados pessoais e de solicitar o Relatório de Impacto aos responsáveis.

Quanto ao conceito de Encarregado (ou DPO - “Data Protection Officer”) o inciso VIII do art. 5, que anteriormente previa a possibilidade deste ser somente “pessoa natural” foi alterado para “pessoa”, o que no nosso entendimento admite tanto a pessoa natural quanto a pessoa jurídica, comitês, grupos de trabalho e escritórios de advocacia³⁸, aproximando assim a legislação brasileira do RGPD. Desta forma, o Encarregado poderá tanto ser um empregado da empresa, uma pessoa natural terceirizada mediante contrato de prestação de serviço ou uma outra empresa.

No que se refere aos dados pessoais sensíveis relacionados à saúde, a MP 869/2018 admite a comunicação e o uso compartilhado entre os controladores dos dados pessoais na hipótese da portabilidade de dados ter sido consentida pelo titular dos dados (hipótese que

³⁸ Acreditamos que na prática tal função será composta por um significativo número de pessoas naturais e jurídicas terceirizadas.

consta do inciso I do § 4º do art. 11, que anteriormente estava prevista no caput do mesmo artigo) e acrescenta a hipótese de “necessidade de comunicação para a adequada prestação de serviços de saúde suplementar” (inciso II do § 4º do art. 11).

Também houve modificação quanto ao tratamento de dados acadêmicos (letra b do inciso II do art. 4), tendo sido retirada a exigência de aplicação dos requisitos dos arts. 7 e 11 da LGPD. Assim sendo, foi afastada a aplicação da LGPD com relação a tais dados.³⁹

No que se refere ao art. 20 da LGPD, que aborda a revisão de decisões tomadas com base unicamente em tratamento automatizado de dados pessoais foi retirada a obrigatoriedade de que tal revisão seja realizada por pessoa natural. Entretanto, acreditamos que é preciso que seja assegurada a transparência dos critérios da decisão automatizada, bem como a possibilidade dela ser auditável.⁴⁰

A Medida Provisória em comento ampliou o rol de exceções à vedação de compartilhamento de dados pessoais constantes em bases de dados de responsabilidade do Poder Público com entidades privados, quais sejam: (a) quando o ente privado tiver indicado um Encarregado; (b) quando houver previsão legal ou instrumentos jurídicos administrativos (contratos, convênios etc que deverão ser comunicados à Autoridade Nacional) que respalde a transferência; (c) quando a transferência for para fins de prevenção à fraude e irregularidades, bem como segurança e integridade do titular dos dados ou (d) quando os dados forem acessíveis publicamente (§§ 1º e 2º do art. 26).⁴¹

Quanto à entrada em vigor da LGPD (art. 65), o texto original previa o prazo de 18 (dezoito) meses da data da publicação, mas a Medida Provisória em comento aumentou tal prazo para 24 (vinte e quatro) meses (art. 65).⁴² Consideramos esta alteração positiva tendo em

³⁹ Para MARTINS, LONGHI e FALEIROS JÚNIOR (2019) esta disposição da Medida Provisória “(...) enfraqueceu a proteção dos dados acadêmicos (...). Agora, integram as já vagas noções de “segurança pública”, “defesa nacional”, “segurança do Estado” etc. (art. 4º, III).”

⁴⁰ FRAZÃO (2019) também expressa preocupação: “(...) com a exclusão da revisão por pessoa natural, admite-se que a insurgência do titular de dados seja também decidida por uma máquina, sujeitando-o novamente a processos decisórios totalmente automatizados, ainda que em diferentes esferas, com o que se esvazia o próprio conteúdo do direito originalmente previsto no art. 20 da LGPD.”

⁴¹ Com relação ao tratamento de dados pelo Poder Público a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS (2019) comenta que MP 869/2018 “(...) apresenta **hipóteses demasiadamente amplas e desacompanhadas de obrigações de transparência** sobre o uso de dados de cidadãos pelo governo. Mais que isso, a **dispensa de obrigação de comunicação da ANPD** sobre referidas práticas, reduz drasticamente a capacidade de fiscalização dessas práticas pela autoridade ou outros interessados.” [grifo nosso]

⁴² Com relação a tal prazo deve ser levado em consideração o § 3º do art. 1 da Lei de Introdução ao Direito Civil – LIDC (Decreto-lei 4.657, de 4 de Setembro de 1942), que prevê que no caso de, antes da vigência da lei, ocorrer nova publicação do seu texto destinada a correção, o prazo de vigência da legislação será contabilizado da nova publicação. Desta feita, contados os 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação da MP 869, de 28 de Dezembro de 2018, a LGPD entrará em vigor em 29 de Dezembro de 2020. Ademais, vale lembrar que a citada MP não poderia estabelecer o início da contagem do prazo de sua vigência para data anterior à sua existência no mundo jurídico.

Contudo, alguns estudiosos não estão atentos ao referido parágrafo da LIDC, alegando assim que a dita legislação entrará em vigor em 16 de Agosto de 2020 (ou seja 24 (vinte e quatro) meses da data da publicação da LGPD, que ocorreu em 15 de Agosto de 2018).

vista o relevante trabalho de adequação e conformidade a ser realizado, posto que a legislação é uma grande inovação no ordenamento brasileiro, que não dispunha de legislação específica sobre a matéria, diferentemente da União Europeia. Entretanto, é de se destacar que a MP determinou que alguns artigos da LGPD entraram em vigor em 28 de Dezembro de 2018, quais sejam, os arts. 55-A a 55-K (que tratam da ANPD) e 58-A e 58-B (que se referem à CNPDP). Desta feita, durante o “vacatio legis” a ANPD poderá exercer função colaborativa e consultiva, auxiliando as empresas no processo de adaptação, bem como promovendo a maior conscientização da população com relação à proteção de dados e à privacidade.

Não podemos deixar de citar que a MP 869/2018 também alterou a Lei 13.502, de 1º de Novembro de 2017, incluindo, por exemplo, o inciso VII no art. 2, o qual determina que a ANPD integra a Presidência da República. Contudo, tal legislação foi revogada pela MP 870, de 1º de Janeiro de 2019⁴³.

Enfim, a MP 869/2018 modificou alguns pontos considerados falhos e realizou ajustes no sentido de promover melhorias no texto da Lei 13.709/2018, como, as alterações no caso de compartilhamento de dados sensíveis relacionados à saúde, a criação da ANPD e a postergação da entrada em vigor da LGPD (com exceção dos dispositivos relacionados à ANPD e à CNPDP).

Até o momento verificamos que o número de Emendas propostas pelo Congresso Nacional à MP 869/2018 foi significativa, mesmo tendo algumas delas tratado do mesmo objeto. O prazo de 60 dias para o Congresso apreciar tal iniciativa do Poder Executivo encontra-se bastante adiantado.

Esperamos que durante a tramitação da Medida Provisória no Congresso Nacional sejam promovidas mudanças na LGPD no sentido de permitir que o Brasil possa ser considerado como um país seguro em termos de proteção de dados e possa assim atrair novos negócios e investimentos. Neste sentido, verificamos diversos profissionais da área acadêmica, da sociedade civil e da área empresarial se mobilizando para sensibilizar as Casas Legislativas com relação à relevância do tema e aprovação das Emendas pertinentes.

3.4.2 Emendas à Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018

Um questão que pode eventualmente ser objeto de discussões é se a LGPD realiza correções, como o previsto no §3º em comento. Com relação à isto BRUNA (2019) comenta que “(...) **correção** é um novo texto que demanda o mesmo tempo de vacatio estabelecido para o texto original. Se isso é assim em relação à correção de “erros”, mais ainda deve valer para **alterações voluntariamente introduzidas pelo legislador**, durante o período de vacatio legis. Se o propósito da vacatio legis é propiciar **tempo suficiente para o conhecimento da lei**, então, não há por que afastar o § 3º do artigo 1º da LINDB quando as “alterações” não sejam meras “correções”. (...)” [grifo nosso]

⁴³ A Medida Provisória 870/2019 encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Até o fechamento do presente trabalho haviam sido propostas 541 Emendas e aguardava-se a instalação da Comissão Mista.

Após o prazo regimental para proposição de Emendas à MP 869/2018, foram contabilizadas 176 propostas apresentadas por 32 Deputados Estaduais e 12 Senadores. Dentre os congressistas que apresentaram maior número de Emendas destacamos o Deputado Federal Orlando Silva⁴⁴ (do Partido Comunista do Brasil – São Paulo) - 18 Emendas e o Senador Izalci Lucas⁴⁵ (do Partido da Social Democracia Brasileira – Distrito Federal) – 15 Emendas.

Dentre as diversas matérias objeto de Emenda, destacamos a Emenda n. 1 que amplia o art. 41 da LGPD, que refere-se ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (como, possibilidade de designação de um único Encarrego para empresas ou entidades do mesmo grupo econômico, necessidade de conhecimentos jurídicos-regulatórios para o exercício da função de DPO e a garantia de autonomia técnica e profissional ao Encarregado)⁴⁶. A Emenda n. 4 acrescenta o parágrafo único ao art. 1, tornando a proteção de dados pessoais “matéria de interesse nacional”.⁴⁷ A Emenda n. 17 visa alterar a redação do art. 20, no sentido de que a mesma se mantenha na sua redação original, permitindo assim que o titular dos dados pessoais tenha o direito de solicitar a revisão por pessoa natural das decisões tomadas com base em tratamento automatizado.⁴⁸ A Emenda n. 37 propõe uma ligeira alteração na composição do CNPDP, reduzindo de 6 (seis) para 5 (cinco) os membros do Poder Executivo e incluindo 1 (um) Advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.⁴⁹ A Emenda n. 168 acrescenta o §6º ao art. 55-J, no sentido de que tanto as reclamações perante a ANPD quanto as ações judiciais relacionadas à tratamento de dados pessoais somente sejam processadas após a comprovação de que o titular dos dados apresentou anteriormente

⁴⁴ O Deputado Federal foi relator da Comissão Especial do Projeto de Lei 4.060/2012 (transformado na Lei 13.709/2018).

⁴⁵ O Senador atuou como Suplente na Comissão Especial do Projeto de Lei 4.060/2012, no período de 16 de Outubro de 2016 a 14 de Agosto de 2018.

⁴⁶ A Emenda n. 1 foi proposta pelo Deputado Federal Rodrigo de Castro (do Partido da Social Democracia Brasileira – Minas Gerais), sob a alegação de necessidade de maior destaque ao Encarregado de Proteção de Dados na LGPD, assim como ocorre no RGPD (arts. 37 a 39).

⁴⁷ A Emenda n. 4 foi proposta pelo Deputado Federal Silvio Costa Filho (do Partido Republicano Brasileiro – Pernambuco). O Deputado lembra que o tratamento de dados pessoais está relacionado aos direitos da personalidade, matéria de **Direito Civil**, e que os dados pessoais são utilizados pelas empresas com fins comerciais, sendo assim aplicadas normas de **Direito Comercial**. Desta forma, segundo tal Deputado, a Emenda “(...) visa a delimitação de competência para que haja uniformidade, segurança jurídica e racionalidade ao sistema Brasileiro sobre a matéria.”, de tal forma que “(...) não reste dúvida que a matéria em comento é nitidamente de caráter federal, nos termos do artigo 22, I, da Constituição Federal, que define como competência privativa da União legislar sobre direito civil e comercial.”

Entendemos o posicionamento do Deputado Federal, entretanto, a temática já se encontra esclarecida na Carta Magna. Mesmo assim, acreditamos que tal explicitação na legislação específica poderá reduzir ou eliminar eventuais questionamentos no que tange à aplicação de leis estaduais e/ou municipais sobre a matéria em detrimento da lei federal específica.

⁴⁸ Esta Emenda foi proposta pelo Deputado Federal Orlando Silva (do Partido Comunista do Brasil – São Paulo), tendo como justificativa o fato da redação da MP 869/2018 permitir que a revisão de tais tratamentos automatizados seja realizada “(...) pelos mesmos mecanismos automatizados que geraram o erro em primeiro lugar.” Ademais, tal Deputado acrescenta que “(...) qualquer tecnologia pode errar, ser eventualmente injusta ou apresentar defeitos. Assim, o dispositivo escrito dessa maneira deixa de garantir ao cidadão o exercício pleno do correto tratamento de seus dados pessoais e de um acesso à reparação e justiça. (...)”

⁴⁹ A Emenda n. 37 foi proposta pelo Senador Rodrigo Pacheco (do Partido Democratas – Minas Gerais) baseado nas funções primordiais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, tais como, defesa da Constituição, direitos humanos e justiça, bem como na possibilidade de representação paralela da OAB com o CNJ e o CNMP.

reclamação diretamente à empresa, órgão ou entidade responsável pelo tratamento de dados e que ela não tenha sido resolvida no prazo de 30 (trinta) dias ou no prazo que a ANPD entenda mais adequado.⁵⁰

Com relação à tramitação da MP o § 9º do art. 62 da Carta Magna, prevê que ela deverá ser apreciada pela Comissão Mista composta de Deputados Federais e Senadores, a qual deve obrigatoriamente emitir parecer antes da matéria ser submetida aos Plenário de ambas Casas legislativas. Tal Comissão foi designada em 15 de Fevereiro de 2019.

No momento do encerramento do presente trabalho, a MP 869/2018 tramitava na Comissão Mista do Congresso Nacional, a qual foi constituída em 20 de Fevereiro de 2019 e instalada em 27 de Março de 2019, quando foi eleito o seu Presidente (Senado Eduardo Gomes, do Partido Movimento Democrático Brasileiro – Tocantins) e designado o seu Relator (Deputado Federal Orlando Silva⁵¹, do Partido Comunista do Brasil – São Paulo). Destacamos que o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Dr. Davi Alcolumbre, através do Ato Declaratório 17, de 27 de Março de 2019, prorrogou a vigência da Medida Provisória em comento pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Desta feita, após discussão, análise e votação desta Medida Provisória na Comissão Mista o texto será encaminhado para análise dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

4. Alguns pontos relevantes da Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018⁵²

⁵⁰ A Emenda n. 168 foi proposta pelo Senador Izalci Lucas (do Partido da Social Democracia Brasileira – Distrito Federal) visando estimular a resolução consensual de conflitos entre o titular dos dados e aquele que realiza o tratamento dos seus dados. Além disto, com a possibilidade de expansão pela ANPD do prazo máximo de 30 (trinta) dias para resolução da reclamação por parte do responsável pelo tratamento de dados, o referido Senador afirma que será possível a “(...) cooperação da ANPD para a solução técnica das questões, com recomendações e auxílios técnicos (...)”.

⁵¹ Este Deputado foi o Relator na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei que deu origem à LGPD.

⁵² Ao tratarmos do Brasil e da Lei 13.709/2018 é interessante observarmos alguns dados do “2018 Unisys Security Index – Relatório Brasil” elaborado pela Unisys Security (empresa de serviços e soluções em Tecnologia da Informação) com dados da pesquisa realizada pela Reputation Leaders. Tal pesquisa (2018, p. 4) foi realizada entre 19 de Agosto e 3 de Setembro de 2018 com uma amostra de 1.000 adultos em 13 países, entre eles, Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. A margem de erro é de +/- 3,1 por país e +/- 0,9% para os resultados globais. O nível máximo de preocupação pode atingir até 300 pontos, sendo que em 2018 o nível brasileiro atingiu 185 pontos e o mundial 173 pontos. O Brasil encontra-se na sexta posição no ranking do índice em comento, atrás das Filipinas (232), Colômbia (216), Malásia (215), México (213) e Argentina (200).

Quanto aos resultados brasileiros constatamos na pesquisa (2018, p. 2) que o medo de ameaças digitais está superando o medo das ameaças físicas e preocupações com atividades criminosas na rede. Das pessoas entrevistadas na pesquisa (2018, p. 8) 76% estão muito ou extremamente preocupadas com roubo de identidade, 75% com fraudes bancárias e 67% com segurança pessoal.

Além disto, segundo a pesquisa (2013, p. 3, 10), 9% dos brasileiros entrevistados demonstraram que estão altamente confiantes e 33% mais ou menos confiantes com relação à eficácia da Lei de Proteção de Dados Pessoais (ou seja, acreditam que a tal legislação traz os avanços necessários para proteger os dados mantidos pelas empresas).

Finalmente, constatamos que os brasileiros entrevistados apoiam ações como, o compartilhamento da localização com a polícia em momentos de risco (91%), compartilhamento de dados de saúde com o médico quando tais dados apresentarem mudanças significativas (83%) e compartilhamento de dados relacionados à atividades físicas com planos de saúde (54%).

Mesmo tendo a LGPD sido tratada anteriormente, consideramos relevante destacar alguns pontos específicos da legislação, visando a compreensão mais acertada do tema sob a ótica do direito brasileiro.

Inicialmente, destacamos que a Lei brasileira de Proteção de Dados Pessoais refere-se ao tratamento dos dados pessoais tanto no ambiente físico quanto virtual (art. 1).

A legislação possui aplicação extraterritorial (art. 3), posto que poderá ser aplicada ao tratamento realizado por pessoa natural ou jurídica (de direito público ou privado), independente do meio (“online”/“off-line”), do país de sua sede ou do país em que estejam localizados os dados, nos seguintes casos: (I) quando o tratamento seja realizado no território nacional, (II) o tratamento seja realizado com o objetivo de oferecer ou fornecer produtos ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional (independente da nacionalidade e do local de residência do titular dos dados pessoais)⁵³ ou (III) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território brasileiro.

A Lei 13.709/2018 apresenta no art. 4 algumas exceções quanto à sua aplicabilidade, como, quando o tratamento de dados for realizado: “(...) por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos” (inciso I); exclusivamente para fins jornalísticos e artísticos ou acadêmicos (inciso II)⁵⁴; exclusivamente para fins de segurança pública, de defesa nacional, de segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais (inciso III), os quais serão regidos por legislação específica (§ 1º).

Ao tratar das hipóteses (ou fundamentos) de tratamento de dados pessoais, tema também abordado na legislação em comento, inicialmente os cidadãos tendem a pensar que, para que seja realizado tratamento dos seus dados pessoais, é essencial o consentimento⁵⁵ do titular dos dados. Contudo, outras hipóteses de tratamento também são admitidas no art. 7 da LGPD, como “para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória do controlador” (inciso II), para “(...) execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionado ao contrato do qual seja parte o titular, a pedidos do titular de dados” (inciso V), “(...) para tutela da saúde (...)” (inciso VIII) e “quando necessário para atender aos interesses legítimos⁵⁶ do controlador ou terceiro (...)” (inciso IX).

⁵³ Redação parcialmente alterada pela Medida Provisória 869/2018 (inclusão de “ou” ao final de tal item).

⁵⁴ Redação alterada pela MP 869/2018 (retirada a aplicação dos art. 7 e 11 ao tratamento de dados pessoais acadêmicos).

⁵⁵ O inciso XII do art. 5 da Lei 13.709/2018 conceitua o consentimento como “(...) **manifestação livre, informada e inequívoca** pela qual o titular concorda com o **tratamento** de seus dados pessoais para uma **finalidade determinada**; (...)” [grifo nosso]

Frente ao exposto, observamos que o consentimento deve ser fornecido pelo titular por escrito ou por outro meio que demonstre a sua efetiva manifestação de vontade. No caso de consentimento pela Internet podemos verificar, por exemplo, o “clique” em “box” de Política de Privacidade.

Ademais, é importante atentar para o fato de que é essencial que o consentimento seja auditável.

⁵⁶ Com relação ao “interesse legítimo” verificar o art. 10 da Lei 13.709/2018.

O art. 6 da LGPD dispõe sobre os princípios aplicáveis às atividades de tratamento de dados pessoais: a) finalidade: os dados pessoais devem ser utilizados apenas para as finalidades específicas para as quais foram coletados e devidamente informadas aos seus titulares, sem a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I); b) adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular (inciso II); c) necessidade ou minimização da coleta: limitação da coleta e tratamento ao mínimo necessário para que se possa atingir as suas finalidades⁵⁷ (inciso III); d) livre acesso: garantia aos titulares de dados de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais (inciso IV); e) qualidade dos dados: exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade assegurada ao tratamento (inciso IV); f) transparência: garantia aos titulares de dados pessoais de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento⁵⁸ (inciso VI); g) segurança: adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (inciso VII); h) prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais (inciso VIII); i) não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos (inciso IX) e j) responsabilização e prestação de contas (“accountability”): adoção pelos agentes de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e a eficácia dessas medidas (como, o Relatório de Impacto) (inciso X).

Os direitos dos titulares de dados pessoais dispõem de Capítulo próprio na Lei 13.709/2018, dentre os quais estão previstos (art. 18): a) o direito de confirmação da existência

Os estudiosos da recente legislação brasileira de proteção de dados ainda não chegaram a um consenso do que pode ser conceituado como “legítimo interesse”.

A interpretação a ser dada ao “legítimo interesse” eventualmente pode ampliar as hipóteses de tratamento de dados pessoais (deixando assim de serem “numerus clausus” as hipóteses referidas no art. 7).

Ao abordar o legítimo interesse sob a ótica da Lei 13.709/2018 BIONI, GOMES e MONTEIRO (2018) afirmam que “in comparison to the GDPR, the Brazilian legitimate interest will possibly be more flexible, since it can [be] used for “promotion” of controller’s activities. (...)”

⁵⁷ Arelado à este princípio não podemos deixar de citar o **Princípio da Retenção Mínima**, segundo o qual deve ser realizada a imediata exclusão dos dados após atingida a finalidade pela qual eles foram coletados.

⁵⁸ O inciso IX do art. 5 prevê que os agentes de tratamento são o controlador e o operador. O inciso VI de tal artigo afirma que o **controlador** é a “(...) pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;” e o inciso VII do mesmo artigo esclarece que o **operador** é a “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador”.

Cabe esclarecer que o artigo 5 também apresenta a figura do **encarregado** de proteção de dados, que o inciso VIII descreve como a “(...) pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados”. A redação de tal dispositivo foi alterada pela Medida Provisória 869/2018.

de tratamento dos seus dados pessoais (inciso I); b) o direito de acesso: os titulares de dados pessoais poderão solicitar aos controladores que lhes informem os dados pessoais que mantêm sobre si (inciso II); c) direito de retificação e atualização: os agentes devem manter os dados sempre completos, exatos e atualizados, podendo os titulares de dados solicitar a correção de qualquer imprecisão quantos aos seus dados pessoais (inciso III); d) direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados, desde que os dados pessoais sejam desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o previsto na LGPD (inciso IV); e) direito de portabilidade dos dados: possibilidade do titular solicitar ao controlador que os seus dados pessoais sejam encaminhados para outro fornecedor de produto ou serviço (inciso V c/c § 7º do mesmo artigo)⁵⁹; f) direito de eliminação de dados pessoais tratados com o consentimento do seu titular (inciso VI c/c § 5º do art. 8 e art. 16); g) direito de informações sobre as entidades com as quais o controlador compartilhou os dados do titular (inciso VII); h) direito de informação quanto a possibilidade de não fornecer consentimento para tratamento de dados e suas consequências (inciso VIII) e i) direito à revogação do consentimento: possibilidade do titular de dados remover o consentimento para tratamento de dados pessoais anteriormente concedido (inciso IX c/c § 5º do art. 8).

Na contemporaneidade cada vez mais são utilizadas decisões automatizadas, utilizando algoritmos e inteligência artificial. Por exemplo, é possível que a concessão do valor de empréstimo automaticamente disponível em conta corrente do cliente seja determinado de maneira que não haja intervenção humana, mais sim tecnológica. O tratamento automatizado de dados pessoais foi tratado no art. 20 da LGPD. Na redação original da LGPD, como referido previamente, o titular dos dados pessoais teria direito à revisão de tais decisões automatizadas a ser realizada por pessoa natural quando elas afetassem os seus interesses (caput do art. 20)⁶⁰. Entretanto, com a redação dada pela Medida Provisória 869/2018, foi excluída a obrigatoriedade de tal revisão ser realizada por pessoa natural. Não consideramos positiva esta alteração, posto que, além da decisão ser automatizada, a revisão terá grande probabilidade de também ser realizada pelo mesmo mecanismo, possibilitando prejuízo/discriminação em função de equívoco(s) (do mecanismo automatizado). No exemplo citado anteriormente, caso a pessoa não concorde com o valor do empréstimo que tenha lhe sido concedido por decisão automatizada e solicite a revisão de tal decisão, possivelmente a nova análise utilizará os

⁵⁹ Contudo, a LGPD, diversamente do RGPD (n. 1 do art. 20), não aborda o formato/padronização de troca de dados entre os controladores.

⁶⁰ Naquela oportunidade foram iniciadas discussões entre os estudiosos da referida legislação com relação ao fato de que tal revisão poder ser realizada somente em alguns (e neste caso em quais?) ou em todos os tipos de decisões automatizadas.

mesmo mecanismos automatizados da decisão original, havendo risco de repetição do resultado anteriormente alcançado.

Ademais, a LGPD prevê que quando solicitado, “o controlador deverá fornecer (...) informações (...) dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada (...)”, permitindo assim que o titular dos dados os compreenda facilmente (§1º do art. 20).

Com relação à responsabilidade civil, o inciso III do art. 43 exclui a responsabilidade dos agentes de tratamento quando o dano for decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. Segundo MARTINS e LONGHI (2018) tal dispositivo “(...) acaba por isentar o agente causador do dano quando há “culpa exclusiva” da vítima, o que poderá trazer interpretações desarrazoadas especialmente quando se tratar de vítimas vulneráveis (mulheres, adolescentes, idosos, etc.).”

Frente ao exposto, é significativo o avanço que a Lei 13.709/2018 proporcionou ao ordenamento jurídico brasileiro em termos de proteção de dados e privacidade. Já foram realizados alguns ajustes à referida legislação por meio da MP 869/2018, sendo que outros poderão ser feitos no curto prazo através das Emendas propostas à tal Medida Provisória.

5. Conclusão

O objetivo do presente trabalho foi refletir sobre o direito à proteção de dados pessoais no Brasil, especialmente com relação à aprovação e sanção parcial do Projeto de Lei Câmara 53/2018 que deu origem à legislação nacional de proteção de dados e às alterações nela realizadas pela Medida Provisória 869/2018.

Desta forma, apresentamos a evolução legislativa brasileira do tema proteção de dados até a MP 869/2018, comentamos alguns Projetos de Lei sobre proteção de dados que tramitam em âmbito municipal e estadual, identificamos os vetos realizados ao PLC 53/2018, tratamos de um parecer jurídico com relação ao veto dos artigos 55 e 56 do referido Projeto de Lei e apresentamos a MP 869/2018 e algumas das Emendas propostas. Posteriormente, destacamos alguns pontos relevantes da Lei Geral de Proteção de Dados, dentre eles, a aplicação extraterritorial e as hipóteses de tratamento.

Frente ao exposto, foi possível constatar a significativa evolução da legislação brasileira quanto à proteção de dados pessoais, a qual em grande parte foi impulsionada pelo RGPD e também pelo desejo do Brasil de fazer parte do seleto grupo de membros da OCDE.

De qualquer forma, o Brasil ainda tem muito a aprender com a evolução histórica e a perspectiva europeia em termos de proteção de dados.

Desde já, como um dos primeiros resultados positivos da nova legislação brasileira podemos destacar que no início de Outubro de 2018 o Brasil foi admitido como Observador do Comitê da Convenção 108 (do Conselho da Europa). Tal Comitê reúne 53 (cinquenta e três) países que se comprometem a respeitar e implementar os princípios⁶¹ da Convenção e diversos observadores, dentre eles, países e organizações internacionais. O Comitê se reúne duas vezes por ano em sessão plenária em Estrasburgo e realiza o intercâmbio e cooperação em termos de proteção de dados pessoais.

Entretanto, mesmo com o avanço da legislação brasileira verificamos que são necessários ajustes visando a sua efetiva aplicação, em especial, a implantação da ANPD. Também é fundamental que seja criada a cultura de proteção de dados na sociedade brasileira e que as organizações se conscientizem da necessidade de se preparem com antecedência para atuarem em conformidade com a LGPD⁶². Assim sendo, a nova legislação de proteção de dados deve ser vista como uma oportunidade para implantar novas soluções e desenvolver novos negócios. Contudo, é essencial uma evolução permanente em termos de legislação, aspectos técnicos, treinamento de pessoal e conscientização dos cidadãos.

REFERENCIAS:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei 981/2015. Regulamenta a divulgação por qualquer meio ou processo de dado pessoal sem a prévia autorização de seu titular.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei 598/2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais no Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 375/2015. Dispõe sobre a proteção da intimidade dos cidadãos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, através do Sigilo de seus dados pessoais, inclusive a partir de números identificados e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei 293/2017. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PUBLICIDADE; ASSOCIAÇÃO DO CRÉDITO DIGITAL [et al]. *Manifesto pela aprovação da Lei de*

⁶¹ Tais princípios estão previstos no Capítulo II da Convenção 108, de 28 de Janeiro de 1981.

⁶² Inicialmente 24 (vinte e quatro) meses parecem um prazo razoável para que as empresas se adaptem à Lei 13.709/2018. Contudo, é importante que os dirigentes empresariais tenham em mente a complexidade das atividades, processos e procedimentos a serem adotados, revistos e adaptados, além da necessidade, por exemplo, de treinamento dos colaboradores diretos e indiretos.

Proteção de Dados Pessoais: Em defesa da aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei da Câmara nº 53 de 2018. [S.l.], 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS. *A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados pela MP nº 869/2018*: Principais mudanças e considerações iniciais, 22 de Janeiro de 2019. [S.l.]: ABL, 2019.

BARBOSA, Bia. Veto a Autoridade coloca em risco Lei de Proteção de Dados Pessoais. In: *Carta Capital* – Entrevistas - Política, [S.l.], 15 de junho de 2018.

BARBOSA, Claudio R.; VILHENA, Pedro. *Data protection in Brazil*: overview, 2018. [S.l.]: Uk.PracticalLaw, 2018.

BAPTISTA LUZ ADVOGADOS. Proteção de dados: a legislação vigente no Brasil (white-paper), 27 de novembro de 2017. [S.l.]: Baptista Luz Advogados, 2017.

BIONI, Bruno. GOMES, Maria Cecília Oliveira, MONTEIRO, Renato Leite. *GDPR matchup*: Brazil's General Data Protection Law - 2018. [S.l.]: IAPP, 2018.

BORGES, Bruna. *Marco Legal da Proteção de Dados é sancionado com veto a agência fiscalizadora*, 14 de Agosto de 2018. [S.l.]: JOTA - Coberturas Especiais, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto 4.829, de 3 de Setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 8.771, de 11 de Maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.

BRASIL. Decreto-Lei 4.657, de 4 de Setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

BRASIL. Lei 8.078, de 11 de Setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Código de Defesa do Consumidor).

BRASIL. Lei 9.472, de 16 de Julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995 (Lei Geral de Telecomunicações).

BRASIL. Lei 12.414, de 9 de Junho de 2011. Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito (Lei do Cadastro Positivo).

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (Lei de Acesso à Informação).

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet).

BRASIL. Lei 13.709, de 14 de Agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

. Medida Provisória 869, de 27 de Dezembro de 2018. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

BRUNA, Sérgio Varella. *A LINDB e a entrada em vigor da Lei de Proteção de Dados: Quando entrará em vigor a LGPD?*, 10 de Janeiro de 2019. [S.l.]: JOTA - Opiniões & Análise, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 4.060, de 2012, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providência.

CÂMARA DOS DEPUTADOS . Projeto de Lei 5.276, de 2016, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 6.291, de 2016, que altera o Marco Civil da Internet, no sentido de proibir o compartilhamento de dados pessoais dos assinantes de aplicações de internet.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei da Câmara 53, de 2018, dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Projeto de Lei Ordinária 297/2017, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais no âmbito da administração pública direta e indireta no município de Campinas.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA. Projeto de Lei Legislativo 8/2018, que dispõe sobre a política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta no município de Cariacica e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Projeto de Lei Ordinária 337/2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública direta e indireta no município de Fortaleza.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Projeto de Lei Ordinária 631/2018, que dispõe sobre a política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta no município de João Pessoa-PB e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE RECIFE. Projeto de Lei Ordinária 182/2018, que dispõe sobre a “política municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade” no âmbito da adm. direta e indireta do município de Recife.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. Projeto de Lei 08/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Direita e Indireta no município de Salvador.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Projeto de Lei 807, de 23 de Novembro de 2017, dispõe sobre a Política Municipal de proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta no Município de São Paulo e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO. Câmara aprova lei que regula proteção de dados no município: Proposta também institui ouvidoria, conselho e outros mecanismos de controle de informações sigilosas, 12 de Junho de 2018.

_. Projeto de Lei Complementar 12/2017, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa jurídica de direito público e privado no Município de Vinhedo.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 1.053/2018, dispõe sobre o tratamento e proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública direta e indireta do município.

FRAZÃO, Ana. *Nova LGPD: balanço preliminar da MP 869/2018 - A última parte da série que analisa as repercussões da nova lei para a atividade empresarial*, 06 de Fevereiro de 2019. [S.l.]: JOTA - Constituição, Empresa e Mercado, 2019.

CONGRESSO NACIONAL. Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória no 869, de 2018, que “Altera a Lei no 13.709, de 14 de Agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.”

GALVÃO, Ilmar Nascimento. GALVÃO, Jorge Octávio Lavorat. *Parecer Jurídico*. Brasília, 31 de Julho de 2018.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti. *Impactos positivos da nova lei brasileira de proteção de dados*, 27 de Agosto de 2018. [S.l.]: JOTA - Opinião & Análise, 2018.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. *Primeiras impressões sobre as alterações da Medida Provisória 869/2018 na LGPD: Medida dá um passo na contramão da convergência normativa internacional*, 14 de Janeiro de 2019. [S.l.]: JOTA, Opiniões & Análises, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 4 ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei 330, de 2013, dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei 131, de 2014, dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei 181, de 2014, estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda à Constituição 17, de 12 de Março de 2019. Acrescenta o inciso XII-A, ao art. 5º, e o inciso XXX, ao art. 22, da Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixar a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 257.163, Relator: Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013 e DJe 06/03/2013.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

UNISYS Corporation. *2018 Unisys Security Index*: relatório Brasil. [S.l.]: Unisys, 2018.

VALENTE, Jonas; CHAGAS, Paulo Victor. *Especialistas comemoram lei de proteção de dados, mas criticam vetos.*, 14 de agosto de 2018. [S.l.]: Agência Brasil, Geral, 2018.